

O RIO DE JANEIRO ATRAVÉS DA LITERATURA: REPRESENTAÇÕES E ESPAÇOS DE PRODUÇÃO

Claudia Seldin¹

Gabriella Ledo²

Resumo: Neste artigo, propomos uma investigação da complexidade urbana da cidade do Rio de Janeiro através da literatura, considerando duas vertentes principais de análise: as obras literárias propriamente ditas – como representações simbólicas e históricas das diversas transformações cariocas ao longo dos tempos; e os espaços contemporâneos voltados para a literatura – como locais materiais da sua produção, troca e consumo. Mencionaremos, então, alguns estudos de caso que constituem alternativas aos equipamentos culturais tradicionais: bibliotecas comunitárias, livrarias itinerantes, festivais literários, entre outros. Com foco específico nas favelas e periferias cariocas, estes espaços de literatura, por vezes temporários e inusitados, representam a criatividade da população para lidar com políticas culturais ineficientes.

Palavras-chave: Equipamentos culturais alternativos, Periferia carioca, Uso Temporário.

Introdução: a importância da literatura para a compreensão do espaço urbano

Segundo Henri Lefebvre (1991), o espaço abriga representações simbólicas das relações sociais de produção e de reprodução que devem ser apreendidas tanto em suas dimensões materiais, quanto em suas dimensões simbólicas presentes e passadas. É com este aporte que defendemos a necessidade da valorização das linguagens artísticas como ferramentas essenciais para a investigação da história urbana. Dentre as diversas formas de se representar culturalmente o espaço, destacaremos aqui, mais especificamente, a literatura. Isso porque a relação entre cidade e literatura foi sempre intensa e profícua: há séculos, as correntes literárias mais diversas buscam compreender, através da interpretação da vida urbana, o mundo em que seus personagens circulam.

Para o sociólogo Antônio Candido (2002), a importância da literatura decorre do seu potencial de desvendar o imaginário coletivo e as formas de agir das pessoas, possuindo uma espécie de "função humanizadora", uma capacidade "de confirmar a humanidade do homem" (p. 77). Em outras palavras, a literatura permite ao homem se

¹ Mestre e doutora em Urbanismo, atualmente bolsista de pós-doutorado FAPERJ/CAPES PAPD no PROURB/FAU-UFRJ sob supervisão da Prof. Lilian F. Vaz. claudia-prourb@ufrj.br

² Cientista social, ex-bolsista do GPCHU/PROURB/FAU-UFRJ e aluna do Curso de Especialização em Análise de Políticas Públicas no IE/UFRJ. glnaa@yahoo.com.br

expressar, contribuindo também para sua formação pessoal e social. Candido adverte, porém, que é necessário sempre considerar quem é o produtor da obra literária e quem é o seu público, atentando para os contextos em que as representações surgem. Noção semelhante é defendida por Howard S. Becker (2010), que ressalta ainda que “toda representação da realidade social – um filme documentário, um estudo demográfico, um romance realista – é necessariamente parcial, é menos do que experimentaríamos e teríamos à nossa disposição para interpretar se estivéssemos no contexto real que ela representa” (p. 31). Em outras palavras, há um processo de seleção da realidade e dos olhares que se deseja colocar no papel.

Por isso enfatizamos que, no que se refere às representações da cidade através da literatura, compreender os contextos socioeconômicos, históricos e culturais em que uma obra é produzida é essencial, uma vez que ler a cidade implica em interpretar discursos, em compreender as relações de poder e as ordens estabelecidas, em analisar os diferentes interesses daqueles que gerem o espaço urbano. Ressaltamos que a noção da cidade como um discurso vem sido proferida por influentes autores dos mais diversos campos do conhecimento, como é o caso da historiadora francesa Françoise Choay (1980, 2010), por exemplo. Em “O Urbanismo” (2010), Choay retoma o pensamento de Victor Hugo sobre a relação entre o livro e a arquitetura, afirmando que, até o século XV, “a arquitetura é o grande livro da humanidade, a expressão principal do homem em seus diversos estados de desenvolvimento” (p. 324). Choay nos mostra como Hugo temia que a invenção da imprensa levasse à morte do edifício, sendo a arquitetura destronada como a forma principal de interpretação (ou o principal discurso) da realidade urbana. Já no campo da Crítica Literária, o alemão Andreas Huyssen (1997) fala do discurso da cidade como conglomerados de sinais e significados representados de maneira diferente ao longo do tempo – em um primeiro momento de modo mais literário e, posteriormente, através de imagens (ao nosso ver, cada vez mais espetaculares).

Esta noção da cidade como um discurso que se modifica nos leva a acreditar no potencial da literatura de traduzir como as pessoas se relacionam no e com o espaço. Ressaltamos também que o próprio ato de ‘fazer literatura’ envolve, com frequência, as ações de presenciar, observar e interpretar o cotidiano, transformando o espaço urbano

em um objeto da escrita, seja este espaço real ou fruto da imaginação de um autor. A relação entre cidade e literatura é, portanto, mútua: uma influencia a outra.

Um exemplo notável desta relação consiste na obra “As Cidades Invisíveis” de Ítalo Calvino, lançada em 1975. Através das conversas entre Kublai Khan e Marco Polo, em que este descreve as cidades exploradas durante suas expedições, o autor ressaltava características geográficas, situação cotidianas, aspectos urbanísticos e sociais, levando o leitor a gerar em suas mentes imagens fantasiosas de realidades desconhecidas. O sociólogo Howard S. Becker (2010) recupera a fala de Calvino durante uma palestra sobre o livro na Universidade de Columbia nos EUA, em que o autor afirma que, apesar de muitos colegas urbanistas enxergarem em sua obra as polêmicas das cidades modernas, todas as cidades mencionadas são inventadas, sendo propostas como “pretextos para uma reflexão que se aplica a toda cidade ou à ideia de cidade em geral” (apud BECKER, 2010, p. 261).

Como nos mostra o exemplo de Calvino, o binômio cidade-literatura é bastante presente na ficção, mas a importância desta relação ultrapassa o âmbito da representação literária de cidades (reais ou imaginárias), quando consideramos a relevância da escrita em si como uma atividade essencial para a transformação das cidades. A História e a Teoria do Urbanismo nos mostram como a escrita foi vital no momento de passagem da aldeia para os primeiros núcleos urbanos, constituindo um marco na forma como o homem se organiza no espaço. Sabemos que o surgimento da escrita e da cidade são fenômenos quase simultâneos, resultantes da necessidade de gerir o trabalho coletivo, a produção excedente e também de fixar uma memória ao lugar. Isso porque a consolidação das cidades implicou em contingentes crescentes de produtores e de consumidores, impulsionando o registro e a contabilização da acumulação de produtos, de riquezas e de conhecimentos (LEITE, 2005; ROLNIK, 2009).

Foi apenas a partir do século XVIII, no entanto, com a Revolução Industrial, com o crescimento das cidades e com o advento da modernidade, que a literatura propriamente dita se fortaleceu como uma modalidade artística capaz de atuar como um essencial veículo para a representação do espaço urbano. Foi então que a cidade passou a ser apreendida como um verdadeiro texto – repleto de culturas, costumes e memórias coletivas (GOMES, 1997).

No caso brasileiro, a temática das cidades na literatura passou a ganhar força no século XIX, após uma longa procura pela melhor representação de sua paisagem e de seu homem local, como afirma Robert Pechman (2007, p. 31). Falamos aqui, mais especificamente, da literatura que se distancia do campo (rural) e se ocupa da cidade (urbana) e que se consolidaria através da corrente do romantismo, com suas crônicas de costumes. Este tipo de obra acabaria funcionando como uma espécie de balizador para a nova sociedade moderna, trazendo consigo, portanto, um caráter pedagógico de formação da nossa nacionalidade, com ênfase especial no Rio de Janeiro – capital do Império e foco deste artigo, como veremos adiante.

As contradições cariocas nas obras literárias

Segundo Carmen da Matta (2003), a cidade do Rio de Janeiro passou a ganhar atenção na produção literária brasileira no século XIX, assumindo “um papel vital na consolidação de uma identidade nacional, porque é nela que os fundadores do romance vão viver e nela é que vão propagar toda uma imaginação favorável ao intuito patriótico” (p. 261). A cidade consistia, portanto, em um “palco privilegiado”, ou mesmo no “solo geográfico, territorial e social para a construção de uma literatura própria” (idem). As obras locais relatariam a vida do Império e, posteriormente, da República, tratando não só do dia-a-dia carioca, mas colocando-se, segundo Pechman (2007), como o bastião de uma “sociabilidade pública” desejada. A narrativa utilizada tentava explicar o cotidiano, as formas de convívio e de sociabilidade no espaço urbano carioca em transformação – uma cidade moderna, confusa, mas em busca de ordem.

Esta aparente contradição da vida no caos em busca de ordem se tornaria um tema recorrente na literatura carioca de ficção e não-ficção até os dias atuais. Desde “Memórias de um Sargento de Milícias” (1852), de Manuel Antônio de Almeida, até “Cidade Partida” (1994) de Zuenir Ventura, os contrastes entre o Rio de Janeiro dos cartões postais habitado pela elite (política, econômica ou cultural) e o Rio de Janeiro da massa trabalhadora (da linha do trem, do subúrbio e das favelas), vêm sendo o objeto para correntes e autores diversos.

“Memórias de um Sargento de Milícias” pode ser considerado um dos primeiros romances a abordar as contradições sociais cariocas. Nele, Manuel Antônio de Almeida,

de origem pobre, analisou a vida das classes populares à época da estada da Coroa Portuguesa na cidade. Para Matta (2003), o autor foi capaz de identificar muitas características do habitante carioca da época:

“[...] o viver no limite entre a ordem e a desordem, o escracho em relação às autoridades monárquicas, a convivência com orientações religiosas distintas (catolicismo, espiritismo, cultos afros), a formação da esfera pública vinculada à política do favor, da indicação, as práticas de nepotismo, entre outras questões seríssimas que ainda vivenciamos neste início do século XXI” (MATTÁ, 2003, p. 263).

Na passagem do século XIX para o século XX, a então capital ainda serviu de cenário para outros autores célebres, dentre os quais Machado de Assis. Para a trama de seus romances eram indispensáveis certas partes da cidade, como a Rua Matacavalos (em “Dom Casmurro”, 1889), os casarões de Botafogo (em “Quincas Borba”, 1892 e em “Esaú e Jacó”, 1904) e o Morro do Castelo (idem). Se, por um lado, Assis focava sua narrativa na elite e nos locais mais nobres da cidade, por outro, Aluísio de Azevedo escrevia, na mesma época, em tom de denúncia. Com obras como “O Mulato” (1881) e “O Cortiço” (1890), Azevedo tornou-se um dos primeiros a tratar de personagens da classe trabalhadora local e sua relação com o espaço urbano. Em “O Cortiço”, mais especificamente, o autor abordou o controverso tema da habitação coletiva ao mesmo tempo em que as autoridades governamentais, adeptas da corrente higienista, lutavam contra estas moradias, tidas como antros da pobreza, insalubres e perigosas:

“E toda a gentilha daquelas redondezas ia cair lá, ou então ali ao lado, na casa de pasto, onde os operários das fábricas e os trabalhadores da pedreira se reuniam depois do serviço, e ficavam bebendo e conversando até as dez horas da noite, entre o espesso fumo dos cachimbos, do peixe frito em azeite e dos lampiões de querosene. [...]”

Não obstante, as casinhas do cortiço, à proporção que se atamancavam, enchiam-se logo, sem mesmo dar tempo a que as tintas secassem. Havia grande avidez em alugá-las; aquele era o melhor ponto do bairro para a gente do trabalho” (AZEVEDO, 1890).

Ao fim do século XIX, o debate sobre a habitação coletiva se acirrou, culminando, em 1893, na demolição do famoso cortiço “Cabeça de Porco” – o maior da cidade e modelo inspirador do livro homônimo (VAZ, 1986).

O contexto urbano da passagem do século, que assistia a um discurso político de necessidade de reformulação da imagem da capital, foi imensamente marcado pela grande reforma urbana do prefeito Francisco Pereira Passos. Podemos afirmar que esta

culminaria em um novo olhar literário para as relações na e com a cidade. Pereira Passos procurou trazer a modernidade sonhada ao Rio de Janeiro através de transformações não apenas na arquitetura e no traçado urbano das ruas do centro histórico, mas também no uso do espaço público, o que influenciaria as formas de convívio social na capital da República. Neste início de século foram escritas, por exemplo, as crônicas de Lima Barreto e de João do Rio.

Nas crônicas do Cinematógrafo de 1909, João do Rio narrava amplamente os contrastes entre o velho e o novo Rio, colocando o espaço urbano como pano de fundo e apresentando-se através da figura do flâneur. Sua obra focava na diversidade cultural carioca, mencionando diferentes ritos religiosos (especialmente afro-brasileiros), trabalhadores da estiva, meninos de rua, prostitutas, entre outros personagens cujas formas de se apropriar do espaço diferenciavam-se daquela da ‘alta sociedade’, como é o caso de “As Crianças que Matam”:

“Os botequins reles, as barbearias sujas, as tascas imundas gargulejavam gente, e essa gente era curiosa - trabalhadores em mangas de camisa, carroceiros, carregadores, fumando mata-ratos infectos, cuspinhando cachaça em altos berros, num calão de imprevisto, e rapazes mulatos, brancos, de grandes calças a balão, chapéu ao alto, a se arrastarem bamboando o passo, ou em tabernas barulhentas” (RIO, 2009 [1909], p. 30-31).

Se no início do século XX, as crônicas de João do Rio focavam os rebatimentos espaciais das diferenças socioculturais no centro histórico, a partir da metade do século a literatura passou a retratar os crescentes contrastes e desigualdades entre as regiões da cidade. No conto “Feliz Aniversário” do livro “Laços de Família” de 1960, Clarice Lispector tratou do silencioso embate entre uma família reunida para uma comemoração em Copacabana, com membros vindos do subúrbio e de Ipanema, representando diferentes classes sociais:

“Os que vieram de Olaria estavam muito bem vestidos porque a visita significava ao mesmo tempo um passeio a Copacabana”; “[...] a nora de Ipanema na fila oposta das cadeiras fingindo ocupar-se com o bebê para não encarar a concunhada de Olaria” (LISPECTOR, 1998 [1960], p. 54).

Na trama, o constrangimento é perceptível, porém todos encenam um bom (e superficial) convívio até o fim do encontro. A partir deste momento, percebemos o

fortalecimento do rompimento entre a Zona Sul e os subúrbios cariocas – um reflexo da cidade que começava a se partir.

A oficialização dos contrastes urbanos cariocas se consolidaria, no entanto, através da obra de não-ficção “Cidade Partida” (1994) de Zuenir Ventura. O livro reflete a intensificação do tráfico de drogas na cidade e os crescentes registros midiáticos acerca da violência nas suas áreas marginalizadas, bem como a segregação histórica entre o ‘morro’ e o ‘asfalto’:

Nessa terra em que as fronteiras são sempre tênues [...], os contrários convivem: a alegria e o pranto, a miséria e o prazer, a violência e a solidariedade, a fé e o crime, o tráfico e a vida honesta, a glória efêmera e a resistência muda, o medo, a crueldade e o terror – um cotidiano feito de sofrimento, mas também de uma esperança que às vezes parece inútil. [...] Desde a reforma de Pereira Passos e passando pelos planos Agache e Doxiadis, a opção sempre foi pela separação, senão pela simples segregação. A cidade civilizou-se e modernizou-se expulsando para os morros e periferia seus cidadãos de segunda classe. O resultado dessa política foi uma cidade partida (VENTURA, 1994, p. 12-13).

Em “Cidade Partida”, o autor menciona seu contato com os diferentes ‘lados’ da cidade, percorrendo sobre as árduas tentativas de organização de movimentos pacifistas na favela de Vigário Geral (zona Norte) após a chacina de vinte e uma pessoas em 1993. Importante na época como uma obra literária com caráter de denúncia de uma realidade alheia aos olhares das elites, acreditamos que a noção simplista de uma “cidade partida” acabou se tornando paradigmática, reforçando o já existente estigma de um Rio de Janeiro dividido e dificultando, assim, a sua compreensão, hoje, como uma cidade plural, de realidades múltiplas e resultantes da ação de variados atores.

Algumas obras de ficção dos anos 1990 viriam reforçar esta dicotomia entre “morro” e “asfalto”, como é o caso de “Cidade de Deus”, de Paulo Lins de 1997, no qual a favela passou a ser apresentada como o cenário principal da violência e da criminalidade na cidade. Isso porque o crescente tráfico de drogas nestes recortes fez surgir com força a figura do traficante como ator influente em áreas desprovidas de estrutura urbana. Nesta lógica, o traficante se transformou no “chefe” do morro, na pessoa que controla o cotidiano do espaço e dos moradores em meio a um contexto de pouca presença do Estado. A imagem radical de uma lógica interna baseada na violência acabou por tornar-se interessante como representação parcial da realidade carioca

também pela indústria cinematográfica (SELDIN, MARTINS & ROCHA, 2013). Com isso, “Cidade de Deus” obteve uma adaptação para os cinemas sob direção de Fernando Meirelles e Kátia Lund em 2002, ganhando fama internacional, contribuindo negativamente para a divulgação da ideia de uma cidade violenta, partida e dificultando a superação deste paradigma, apesar dos muitos esforços de moradores das periferias de afirmar o contrário.

Estes esforços seriam refletidos na passagem do século XX para o XXI – época que pode ser considerada como um marco para a consolidação da busca de um novo olhar sobre as contradições e dualidades inerentes às muitas regiões cariocas. Nesta época, observamos uma multiplicação de obras literárias escritas por autores de dentro das áreas marginalizadas do Rio de Janeiro, contrapondo-se a uma histórica produção cultural partindo ‘de cima para baixo’, insistindo na noção das favelas e periferias como centros de violência, tráfico de drogas e criminalidade urbana. A coleção de livros “Tramas Urbanas” – fruto de um projeto de Heloísa Buarque de Hollanda –, apresenta-se como exemplo desta corrente. Seu objetivo é o de “divulgar o trabalho de jovens pensadores, artistas e lideranças que falem a partir ou identificados com um lugar pouco ouvido, a favela”³.

Estas novas ‘vozes’ emergem da periferia com um conhecimento autônomo sobre questões políticas, sociais e culturais, calcadas em visões locais, próprias. A arte gráfica da coleção remete ao movimento *hip hop*, em sintonia com o universo tratado nos textos. Estas novas obras que vêm adotando um olhar mais complexo sobre os contrastes entre as regiões cariocas começam a apontar para uma amenização do conceito de “cidade partida” tão recorrente nos anos 1990 e 2000. Recentemente, o geógrafo Jailson de Souza e Silva – atuante no Complexo de favelas da Maré através da ONG Observatório de Favelas – escreveu no livro “O Novo Carioca” (2012) uma “Carta a Zuenir Ventura”, esclarecendo que considera a cidade partida como um “mito” que não condiz mais com a vivência das camadas mais pobres da cidade:

[...] a cidade é atravessada por um conjunto de práticas de circulação que faz com que ela não seja ‘partida’ para os pobres, pelo menos não na dimensão da inserção

³ Informação retirada do *website* de Heloísa Buarque de Hollanda. Disponível em: <www.heloisabuarquedehollanda.com.br>. Acesso em: 28 mar. 2015.

do território, de forma global. Eles buscam viver na cidade de forma plena. Acho que talvez fosse mais adequado falar que o ‘Estado é partido’, pois ele, dominado pelo interesse em servir apenas a grupos sociais específicos, não cumpre seu pretenso ‘papel universal’ (SILVA, 2012, p. 20).

O livro, organizado em parceria com Jorge Luiz Barbosa e Marcus Vinícius Faustini, sugere o nascimento de um novo personagem: o “novo carioca” – oriundo das periferias e cujas possibilidades sociais, econômicas e culturais foram ampliadas nos últimos anos. O “novo carioca” consegue transitar por espaços anteriormente “interditados (material e simbolicamente)” (ibidem, p. 15), porém sempre mantendo fortes laços com seus locais de origem.

Cientes das carências e das potencialidades de suas regiões, os “novos cariocas” vêm criando alternativas para suprir suas necessidades culturais. Tendo isso em vista, propomos aqui ultrapassar a análise do Rio de Janeiro através da representação literária (simbólica), abordando também os novos espaços literários (materialidades) que vêm sendo criados para abrigar ou influenciar esta produção, bem como a sua troca e seu consumo.

Espaços alternativos para a literatura no Rio de Janeiro

A investigação dos espaços voltados para a literatura nas favelas e periferias cariocas nos leva à constatação de uma aparente contradição: eles são, simultaneamente, tradicionais e inusitados. A tradição refere-se à enorme presença das bibliotecas, que constituem um dos tipos mais antigos de equipamentos culturais conhecidos; enquanto o inusitado diz respeito às iniciativas temporárias e/ou improvisadas de compartilhamento da leitura através de acervos itinerantes ou situados em locais inesperados ou construídos para outro uso. Assim, para além do espaço fechado das bibliotecas, onde a leitura é individual, silenciosa e regida por regras de conduta, a literatura também é apresentada de forma aberta e com caráter público – através de saraus e festivais.

Ressaltamos, primeiramente, que as bibliotecas como equipamentos culturais formais e tradicionais, construídos pelo poder público estão sim presentes nas favelas e periferias cariocas, porém em número menor. Este é o caso, por exemplo, das três

bibliotecas-parque no Rio de Janeiro, inspiradas na experiência de Medellín e Bogotá, na Colômbia⁴.

Na capital carioca, as bibliotecas-parque foram implantadas com o objetivo de oferecer acesso à cultura em “áreas de ‘risco’”⁵, consistindo em grandes equipamentos, com amplos acervos de livros e material audiovisual, além de espaços para exposições, salas para projeção cinematográfica e performances teatrais. Trata-se, assim, de bibliotecas não convencionais, assemelhando-se mais a centros culturais capazes de prover um espaço de democratização da cultura, como afirma a Secretaria de Cultura do governo local. Segundo esta, o intuito das bibliotecas-parque seria criar “um ambiente de convivência e convergência na comunidade, contribuindo com a diminuição da violência e para a inclusão social” (idem). Ressaltamos que as bibliotecas-parque cariocas vêm sendo construídas em um momento em que vivemos uma transformação do próprio conceito de leitura, que hoje envolve novas tecnologias digitais (como e-books), o que as transforma também em um investimento público em atividades de caráter multimídia.

As duas primeiras inauguradas foram nas comunidades de Manguinhos em 2011 (com dois mil metros quadrados, na zona Norte) e da Rocinha em 2012 (com 1,6 mil metros quadrados, na zona Sul). Ambas contaram com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. A terceira foi a Biblioteca Parque Estadual, no centro da cidade, onde antes funcionava a Biblioteca Municipal, divergindo, assim, do conceito inicial de prover de equipamentos culturais modernos as áreas marginalizadas.

⁴ O projeto colombiano tinha como objetivo transformar o espaço urbano das cidades marcadas pelos contrastes sociais e pela violência. As bibliotecas eram um ponto de destaque do planejamento estratégico que utilizava a arquitetura e a participação popular como ferramentas de transformação. Neste contexto, as bibliotecas-parque passaram a configurar espaços de acesso público para além do acervo literário, contando com praças para a realização de eventos, salões e áreas livres para uso comunitário. A sua implantação contribuiu para a regeneração de diversos bairros locais, transformando-as em referências internacionais.

⁵ Informação disponível em: <<http://www.cultura.rj.gov.br>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA



Imagens 01-02: Exterior e interior da Biblioteca-Parque de Manguinhos, 2011. Acervo pessoal.

Consideramos necessário ressaltar que, apesar de reconhecerem as transformações na relação entre público e livro e adotarem o discurso da busca pela democratização cultural, as bibliotecas-parque ainda não são acessíveis ao grande público a que se destinam. Sendo assim, observamos uma multiplicação de bibliotecas improvisadas, por vezes não reconhecidas oficialmente pelos órgãos oficiais que lidam com cultura.

O vasto número de bibliotecas improvisadas em locais onde equipamentos e políticas culturais são escassas deve-se ao fato de pequenos espaços e modestos acervos serem suficientes para sua montagem. Este é o caso, por exemplo, da Biblioteca Tobias Barreto, surgida em 1998 no bairro de Vila da Penha (zona Norte carioca), a partir de uma caixa com cinquenta livros encontrados pelo pedreiro Evando dos Santos. Poucos anos depois, a coleção abrigada em sua própria casa já ultrapassava 55 mil volumes, em sua maioria doados. A grande quantidade de livros levou Evando a contatar o arquiteto Oscar Niemeyer no momento em que era entrevistado por um programa de televisão,

pedindo que ele fizesse um projeto para abrigar o acervo. O envolvimento de Niemeyer contribuiu para que a iniciativa recebesse certificação do Ministério da Cultura e financiamento do BNDES para a sua construção. Atualmente, o espaço conta com um auditório, salas de leitura e de aulas de idiomas. Para Evando, sua biblioteca facilita o acesso ao leitor, que, na sua visão, intimida-se pela versão mais tradicional do equipamento, devido à grande burocracia. Na Biblioteca Comunitária Tobias Barreto, o empréstimo é flexível: se o livro não for devolvido, o leitor pode mantê-lo, pois significa que gostou do mesmo.

Para além de bibliotecas improvisadas, outras soluções alternativas vêm sendo criadas para aproximar o leitor do livro. Exemplos comuns são o uso de ônibus e de bicicletas como meios para transportar acervos itinerantes. Esse é o caso da Livreteria Popular Juraci Nascimento: um triciclo, com um armário acoplado para livros, que percorre o complexo de favelas de São Carlos, nos bairros do Estácio e do Catumbi (centro do Rio). Idealizado por Guilherme Vinicius Roberto, a iniciativa foi implementada com a metodologia da Agência Redes para Juventude – um projeto idealizado a partir de 2011 por Marcus Vinicius Faustini, baseado em uma metodologia própria que visa estimular jovens moradores de favelas e periferias a transformarem ideias em projetos de intervenção em seus territórios. O sistema adotado pela Livreteria segue o tradicional cadastro para empréstimo, porém ela promove também eventos com foco na oralidade (contação de histórias, especialmente centradas nas favelas) e no audiovisual.

Outras alternativas que vêm ganhando força nas periferias são os saraus e os festivais literários, como é o caso das festas FLUPP e FLIZO. Destacamos, primeiramente, a Festa Literária Internacional das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)⁶ – FLUPP. Criada em 2012 e inspirada na Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), a FLUPP pretendia, de início, levar às favelas “pacificadas” os autores consagrados e as grandes editoras, além de publicações independentes e artistas que

⁶ A Unidade de Polícia Pacificadora consiste em uma ação integrada na política de segurança do Estado do Rio de Janeiro, sendo descrita como “uma pequena força da Polícia Militar com atuação exclusiva em uma ou mais comunidades”. Informação disponível em: <<http://www.upprj.com>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

exploram novas relações do leitor com o livro. O caráter inovador da festa aparece não só na localização em áreas historicamente marginalizadas, mas na realização de mesas de debate. A primeira FLUPP ocorreu no Morro dos Prazeres, em Santa Teresa (centro do Rio), com curadoria do jornalista Toni Marques e com diretoria executiva do ex-secretário de cultura de Nova Iguaçu, Écio Salles, da crítica literária Heloísa Buarque de Hollanda e do antropólogo Luiz Eduardo Soares, entre outros. A segunda edição aconteceu em 2013, na favela de Vigário Geral, sob um novo nome: Festa Literária das Periferias - uma mudança que indica a vontade de estender o festival para além dos locais com a presença de UPPs. Assim, em 2014, quatro cidades-sede da Copa do Mundo abrigaram o evento. No mesmo ano, a FLUPP propiciou o lançamento de livros, tendo também ampliado seu escopo para incluir leituras dramáticas no Complexo de favelas do Alemão (zona Norte) e servir de plataforma para o “Rio *Slam Poetry*”, o primeiro *slam*⁷ internacional realizado na América Latina.

A importância da FLUPP no cenário cultural periférico carioca é percebida em função de sua influência para a criação de outros festivais literários. Ela serviu, por exemplo, como fonte de inspiração para a Festa Literária da Zona Oeste (FLIZO). Idealizada por Binho Cultura, e com a crença de “que a população da Zona Oeste precisa, além de consumir, produzir cultura”⁸, a FLIZO propõe transformar o panorama cultural da cidade, trazendo atenção para os atores culturais de um recorte espacial historicamente relegado pelas políticas públicas. O evento teve sua primeira edição em outubro de 2013, com o objetivo de dar visibilidade e incluir a região mais populosa do município no seu mapa cultural oficial. Entre agosto e novembro de 2014, sua segunda edição – que homenageou a poetisa e escritora Carolina Maria de Jesus⁹, por ocasião

⁷ O termo ‘*slam poetry*’ designa um tipo de competição na qual os poetas leem ou recitam um trabalho original que será, em seguida, julgado por membros da plateia.

⁸ Informação do *website* da Cidade das Artes. Disponível em: <<http://www.cidadedasartes.org>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

⁹ Carolina Maria de Jesus vivia na favela do Canindé, em São Paulo, como catadora de papel. Em 1958, foi descoberta por um jornalista e teve vários trechos de seu diário publicados no jornal “Folha da Noite”. Ele foi lançado como livro, sob o título de “Quarto de Despejo. Informação disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/11/1550499-escritora-carolina-maria-de-jesus-viveu-do-caos-ao-caos.shtml>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

dos cem anos de seu nascimento – foi realizada em grandes equipamentos culturais formais, como a Cidade das Artes (na Barra da Tijuca) e a Arena Carioca Chacrinha (em Pedra de Guaratiba), indo além da experiência literária ao contar, também, com grupos de música, teatro, dança e artes visuais.

Considerações finais

O breve apanhado histórico das obras literárias de ficção e não-ficção aqui realizado nos mostra que a literatura sempre representou um importante veículo para o registro e a análise das transformações, contradições e desigualdades que marcaram e marcam o Rio de Janeiro. Hoje, observamos que o papel da literatura perpassa a escrita e o caráter simbólico e avança para os espaços alternativos – construídos ou não –, pensados com o intuito de abrigar e difundir atividades relacionadas à esta modalidade artística nas favelas e periferias cariocas.

O que podemos concluir aqui é que estes novos espaços e as ações que os movem contribuem positivamente para fortalecer certas regiões historicamente marginalizadas como centralidades culturais em potencial, nos fazendo refletir sobre os estigmas ao seu respeito. Isso é especialmente verdadeiro em se tratando das iniciativas improvisadas e temporárias – locais ou mesmo meios de transporte cujo uso original foi modificado, fazendo surgir novos pontos de referência da atividade literária para comunidades inteiras. Isso porque essas ações demonstram a real criatividade carioca, refletida através da superação da imagem de carência e da sua transformação em focos de resistência e afirmação.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Manoel Antônio de. Memórias de um Sargento de Milícias. Fundação Biblioteca Nacional, 1852.

AZEVEDO, Aluísio. O Cortiço. Fundação Biblioteca Nacional, 1890.

BECKER, H. S. Falando da Sociedade: Ensaio sobre as Maneiras de Representar o Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

CANDIDO, A. “A Literatura e a Formação do Homem”. IN _____. Textos de Intervenção. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2002 [1972], 77-91.

CHOAY, F. A Regra e o Modelo. São Paulo: Perspectiva, 1980.

_____. O Urbanismo: Utopias e Realidades, uma Antologia. 6. ed. 2. reimp. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FONSECA, R. "Passeio Noturno". IN _____. Feliz Ano Novo. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010 [1975].

GOMES, R. C. "Cartografias Urbanas: Representações da Cidade na Literatura". Semeiar: Revista da Cátedra Padre António Vieira de Estudos Portugueses. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1997, 179-188.

HUYSEN, A. "The Voids of Berlin". Critical Inquiry, 24 (1), 1997, 57-81.

LEITE, J. "A Cidade como Escrita: O Aporte da Comunicação na Leitura do Espaço Urbano". Arqutextos. São Paulo, ano 6, n. 067.6, dez. 2005. Acesso em: 19 mar. 2015.

LISPECTOR, C. "Feliz Aniversário". IN _____. Laços de Família. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1998 [1960].

MATTA, C. da. "Rio de Janeiro, Solo Configurador da Literatura Nacional". Revista Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, v. 1, n. 10, 159-178, maio/ago. 2003.

PECHMAN, R. "Desconstruindo a Cidade: Cenários para a Nova Literatura Urbana". Revista Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, n. 20-21, 2007, 31-40.

RIO, J. do. "As Crianças Que Matam". IN _____. Cinematógrafo: Crônicas Cariocas. Rio de Janeiro: ABL, 2009 [1909], 28-33.

ROLNIK, R. O Que é Cidade. 3. ed. 6. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SELDIN, C.; MARTINS, R. R.; ROCHA, R. R. D. "A Construção de uma Nova Representação da Periferia Carioca e o Papel dos Festivais de Cinema na sua Consolidação". IN Anais do XIV ENANPUR. Recife: ANPUR, 2013. Acesso em: 15 dez. 2015.

SILVA, J. S. "Carta para Zuenir Ventura". IN SILVA, J. S.; BARBOSA, J. L.; FAUSTINI, M. V. O Novo Carioca. 1. reimp. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012, 19-21.

VAZ, L. F. "Notas sobre o Cabeça de Porco". Revista do Rio de Janeiro. Niterói, vol. 1, n. 2, jan-abr. 1986, p. 33.

VENTURA, Z. Cidade Partida. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.